política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Alerta sobre o diesel



RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB, foto) solicitou uma audiência pública para debater o risco de desabastecimento de óleo diesel. O parlamentar ressalta que a Farsul já alertou o governo federal sobre a pouca oferta do diesel S500 aos produtores gaúchos, o que pode gerar atrasos no plantio da safra de verão. Com o estoque nacional suficiente para apenas 15 dias, Moreira também critica portaria recente do Ministério da Fazenda que concedeu subvenção adicional de R$ 1,40 por litro apenas aos importadores. Para o deputado, a medida desestimula a indústria nacional e cria uma vantagem artificial para o produto estrangeiro. O debate deve reunir governo, ANP, refinarias e entidades como CNA e Aprosoja.

Lavar a boca com aguarrás

Já o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) usou a tribuna da Câmara para falar sobre o deputado estadual Felipe Camozzato (Novo). O pedetista repudiou com veemência a manifestação do parlamentar na Assembleia Legislativa que comparou a recente viagem do senador Flávio Bolsonaro a Miami com o exílio de Leonel Brizola e João Goulart. Pompeo classificou a declaração como "desonesta e mentirosa", frisando que os líderes trabalhistas foram perseguidos para sustentar a democracia, enquanto o filho do ex-presidente deixou o País por conta de "investigações judiciais". Em tom inflamado e irônico, o pedetista receitou remédio para memória do colega e sugeriu que ele lavasse a boca "com aguarrás e querosene" antes de citar Brizola.

Cerco ao assédio eleitoral

Deputados federais do PT gaúcho também usaram a tribuna da Câmara para subir o tom contra os casos de coação política no ambiente de trabalho durante o período pós-eleitoral. Bohn Gass classificou as pressões de empresários sobre funcionários como a volta do "voto de cabresto", citando as mais de 4,3 mil denúncias de assédio eleitoral recebidas pelo Ministério Público do Trabalho, sendo 230 delas no Rio Grande do Sul. Em discurso alinhado, a deputada Maria do Rosário comparou a criação de listas de boicote contra comerciantes de esquerda a métodos nazistas. Como resposta institucional à crise, a parlamentar cobrou do governo federal a nomeação urgente dos aprovados no cadastro de reserva do concurso para auditores-fiscais do trabalho, com o objetivo de reforçar a fiscalização e punir violações trabalhistas.

Boicote na mira

Em outra frente, o deputado federal gaúcho Alexandre Lindenmeyer (PT) apresentou um projeto de lei para incluir no Código Penal o crime de "boicote discriminatório e perseguição econômica". A proposta prevê pena de 1 a 3 anos de prisão para quem impulsionar listas de empresas e profissionais liberais com o objetivo de incentivar o boicote por conta da preferência política, ideológica ou eleitoral do alvo. A pena pode subir para quatro anos caso o linchamento econômico resulte em falência ou demissões. Na justificativa, argumenta que a polarização política tem impulsionado o uso de redes sociais para promover a "asfixia econômica" de adversários. O texto ressalta que a escolha individual de consumo não configura crime.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO®
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Gestores podem renegociar dívidas no fim de mandato

Medida que beneficia estados e municípios segue para promulgação

/ SENADO

O Senado aprovou nesta quarta-feira, o Projeto de Resolução do Senado 50/2026, que permite a estados, ao Distrito Federal e a municípios contratar operações de crédito para reestruturar e recompor o principal de dívidas nos 120 dias anteriores ao fim do mandato dos chefes do Executivo. O texto segue para promulgação.

A matéria altera a Resolução do Senado 43/2001, que restringe a contratação de operações de crédito nos últimos 120 dias de mandato. A exceção prevista no projeto vale para operações destinadas exclusivamente à substituição de dívidas existentes por outras em condições financeiras mais favoráveis, sem a obtenção de novos recursos livres.

Em seu parecer, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), argumentou que a medida permite que os entes federativos aproveitem oportunidades de renegociação e reduzam custos financeiros, sem comprometer os mecanismos de controle do endividamento público.

Pelo texto, antes da contratação, o ente federativo deverá divulgar em seu site oficial um demonstrativo com a metodologia e a memória de cálculo do valor presente das dívidas original e renegociada, os cronogramas anuais de pagamento e as mudanças relevantes nas condições financeiras, nas garantias e nos riscos da operação.

JONAS PEREIRA/SENADO FEDERAL/DIVULGAÇÃO/JC



Projeto aprovado em sessão plenária altera resolução da casa de 2001

Dino marca conciliação para transição do fim da 6x1

/ TRABALHO

O ministro Flávio Dino, do Tribunal Federal (STF), marcou nesta quinta-feira uma audiência de conciliação com entidades empresariais, centrais sindicais e o governo do presidente Lula (PT) para tratar da transição para o fim da escala 6x1.

O encontro ocorrerá na próxima semana, na terça-feira, na sede do tribunal, em Brasília. Além do governo, representado pela Advocacia-Geral da União (AGU), também foram convocadas as advocacias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Dino foi sorteado relator de ação proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que acionou o Supremo para questionar as regras definidas para a transição da escala de trabalho 6x1, em que o trabalhador folga apenas um dia durante a semana, para a 5x2, com duas folgas semanais.

Na ação, a entidade não questiona a redução da jornada de trabalho em si, apenas a sua implementação - fato destacado por Dino na decisão que estabeleceu a audiência.

"A redução da jornada e a ampliação do repouso semanal não estão em negociação. O que se examinará, se possível, são aspectos de implementação, matéria que as entidades interessadas reunidas podem equacionar com maior adequação do que decisão judicial proferida sem sua participação", diz o magistrado.

Segundo a CNC, esse processo depende de negociação sindical, recrutamento e treinamento de funcionários, revisão de contratos e ajustes de sistema de ponto e folha.

Conforme o texto aprovado no Congresso Nacional para o fim da 6x1, a proposta será implementada em duas fases, sendo a primeira delas em 16 de dezembro.

Na data, a carga horária dos trabalhadores cai de 44 para 42 horas semanais e já passa a ser exigido um novo acordo para distribuir a jornada de trabalho nos cinco dias da semana. A redução completa para 40 horas semanais só passa a valer a partir de dezembro de 2027.

Na avaliação da CNC, a implementação da primeira fase coincide com a temporada de fim de ano, em que os feriados de Natal e Ano Novo se aproximam e as escalas já estavam dimensionadas conforme o regime anterior.

A entidade pede para que o regime seja declarado inconstitucional e para que o Supremo Tribunal Federal determine um cronograma adequado.

Lula fará primeiro pronunciamento na TV após reeleição

/ TRANSIÇÃO NO PLANALTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve defender o cuidado com as contas públicas em seu primeiro pronunciamento em rede de TV após ser reeleito. Ele também deve agradecer os votos que lhe garantiram uma virada inédita no segundo turno.

Sob pressão do mercado financeiro para anunciar medidas de ajuste, o chefe do Executivo não detalhará propostas, mas deve sinalizar que tem preocupação com a situação das contas e citar que, em mandatos anteriores, demonstrou ter compromisso com a responsabilidade fiscal.

O pronunciamento deve ser transmitido no próximo domingo em cadeia nacional de rádio e TV.